



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000943-12.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações**
 Requerente: **Ferbemaq Industria e Comercio de Peças Ltda Me**
 Requerido: **Milton Aparecido Nais ME**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora cobra da ré por serviços de usinagem prestados a ela e que não foram pagos.

Os documentos apresentados pela autora para o respaldo de suas alegações são os de fls. 11/12.

Eles, porém, foram confeccionados unilateralmente e não contam com a oposição de assinatura da ré reconhecendo os valores neles inseridos como débito a seu cargo.

Não descrevem, ademais, com mínima precisão, em que consistiram os serviços que a autora teria prestado à ré, bem como nenhum detalhe a esse propósito.

Diante de tal cenário, e não se podendo olvidar que a ré em contestação não reconheceu validade aos documentos ofertados pela autora, as partes foram instadas a esclarecer se desejavam o alargamento da dilação probatória (fl. 129, item 2), mas como permaneceram silentes deixaram claro o seu desinteresse a respeito (fl. 131).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à rejeição da pretensão deduzida.

Tocava à autora a demonstração dos fatos constitutivos de seu direito, mas ela não se desincumbiu satisfatoriamente desse ônus porque não amealhou dados consistentes que lhes dessem apoio.

Como destacado, os documentos de fls. 11/12 por si sós são insuficientes para que se estabeleça a convicção do débito em aberto indicado a fl. 01 e nada mais foi coligido para reforçá-los.

Inexiste, portanto, base que delineasse com clareza a dívida em aberto a cargo da ré.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 10 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**